

ATA NÚMERO 4 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO REALIZADA AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

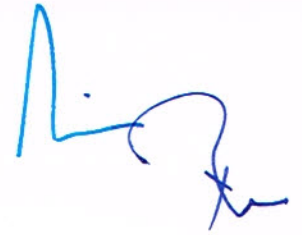
Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito nesta vila, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, pelas dez horas e trinta minutos realizou-se a reunião Ordinária número 4 da Câmara Municipal das Lajes do Pico, sob a presidência do senhor Presidente da Câmara Roberto Manuel Medeiros da Silva e estando presentes os senhores Vereadores Walter Machado, Nelson Fernando Vargas Macedo, Miguel Ângelo de Melo Machado e Hugo Miguel Domingos Ávila Goulart. ----- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Albino Manuel André Roque. -----

Sendo a hora designada e verificado o quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Os senhores Vereadores do Podemos Mais colocaram as seguintes questões: -----

1. Existem desenvolvimentos relativamente à situação da Ladeira de Santa Cruz, designadamente quando à avaliação do LREC?-----
2. Qual o ponto de situação relativamente ao concurso dos arranjos exteriores do novo posto de turismo e praceta dos baleeiros? (Agradecemos o envio do projeto em formato digital, conforme combinado)-----
3. Qual o ponto de situação relativamente ao processo da Casa dos Botes?-----
4. Para quando o agendamento da visita aos reservatórios de água? -----
5. Considerando que nos aproximamos da época alta, do ponto de vista turístico, estão previstos trabalhos de manutenção, designadamente ao nível da pintura exterior, de alguns espaços e edifícios públicos (Pavilhão Municipal, Escola Secundária, Campo Municipal de Jogos, entre outros.);-----
6. Relativamente à viagem ao Vaticano: Confirmam-se os 100 idosos? Quais os critérios de seleção? As despesas são integralmente pagas pelo município ou haverá



comparticipações dos beneficiários? Qual o programa da viagem e qual o custo final agora estimado? -----

7. Foi feito um sublinhado relativamente ao programa Wifi4EU, programa europeu que promove e financia iniciativas no âmbito da conectividade sem fios gratuita nos espaços públicos.-----

Às questões levantadas obtiveram as seguintes respostas:-----

1. O senhor Presidente disse que o Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) fez uma análise da situação no dia 02.02.2018, não existindo ainda relatório. No entanto em reunião com a Câmara Municipal das Lajes do Pico informou que:-----

- a) Não existe perigo iminente de derrocada;-----
- b) Existem três pontos críticos onde se prevê a médio e longo prazo instabilidades que determinam a deslocalização de algumas casas da Rua; -----
- c) Será mantida uma monitorização trimestral da zona; -----

A Câmara está a aguardar reunião com as Secretarias Regional da Segurança Social e Transportes e Obras Públicas para avaliar e planear as deslocalizações das famílias para local a estudar. Mais informou que o LREC considera que ainda há tempo para se planear uma vez que não existe perigo eminente.-----

2. O senhor Presidente fez uma apresentação sumária (com projeção) reunião de Câmara para os senhores Vereadores que não conheciam o projeto.-----

Neste momento estamos à espera de propostas para a revisão do projeto no sentido de retomar o procedimento concursal.-----

3. O senhor Presidente informou que foi apresentada candidatura aos fundos comunitários estando a aguardar a sua aprovação para dar seguimento ao projeto de especialidades.-----

4. O senhor Presidente informou que será ele próprio a fazer esse agendamento, logo que haja disponibilidade.-----

5. O senhor Presidente informou que a manutenção dos edifícios é uma constante da Autarquia. Quanto ao edifício da antiga escola secundária, caso tenha viabilidade de se manter (depende da avaliação do LREC), será ponderada e projetada a sua

remodelação não fazendo sentido neste momento estar a investir. Quanto ao Pavilhão Municipal justificaria efetivamente uma manutenção geral. Será feita, se houver disponibilidade orçamental, em breve.-----

No entanto, afirmou o senhor Presidente, que com a previsão de admissão de um número elevado de trabalhadores que estavam em situações precárias, exige um reajustamento orçamental, o que fará reduzir forçosamente o investimento numa fase inicial. Entendemos que esta é uma questão pertinente e que para além de colmatar carências de pessoal na Autarquia, trará estabilidade profissional a vários trabalhadores e suas famílias. Consideramos, efetivamente, que a Autarquia não poderia estar eternamente dependente de programas de emprego. -----

Voltando à manutenção de edifícios, o senhor Presidente informou que a Câmara tem neste momento várias obras: execução do canil municipal, recuperação do cemitério municipal, do Forte de Santa Catarina, do Convento dos Franciscanos, entre outros. ---

6. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Vice-Presidente para explicar o processo, que disse: iniciou-se o processo com um primeiro contacto com os centros de idosos efetuando reuniões explicativas do procedimento. Previa-se inicialmente que o número de idosos seria idêntico aos lugares disponíveis (aproximadamente 100), no entanto verifica-se neste momento que estamos muito há quem do previsto tendo sido alargado à população em geral com mais de 65 anos com inscrição até ao dia 16 do corrente, junto das juntas de freguesia do concelho. Só depois destas inscrições efetuadas se tomará a decisão sobre a seleção.-----

A despesa total será por conta da Autarquia.-----

Verifica-se que há muita lucidez por parte dos idosos, com dificuldades de mobilidade, não se estão a inscrever.-----

7. O senhor Vice-Presidente informou que no técnico de informática da Autarquia esta a acompanhar a situação.-----

ORDEM DO DIA

1. Resumo Diário da Tesouraria - para conhecimento;-----

O Executivo tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria, relativo ao dia catorze de fevereiro, que apresenta os valores abaixo descritos: -----

Total das disponibilidades - 75.765,79€ -----

Operações Orçamentais - 50.940,17€; -----

Operações Não Orçamentais - 24.825,63€; -----

2. Alteração Orçamental n.º1 e Alteração às GOP (PPI e AMR) n.º1 - para ratificação;-----

Foi presente à reunião a Alteração Orçamental n.º01 e Alteração às GOP n.º01 que visa essencialmente o reforço de algumas dotações orçamentais. -----

Este documento já obteve despacho autorizador do senhor Presidente da Câmara datado de 08.02.2018. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por maioria com a abstenção dos senhores Vereadores do Podemos Mais, Miguel Machado e Hugo Goulart, ratificar a alteração orçamental proposta. -----

Os senhores Vereadores do Podemos Mais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Muito embora aplaudamos os objetivos e os princípios do PREVPAV, quer pelo reconhecimento formal de que esta é uma realidade da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, quer pela necessidade de regularizar o vínculo e situação profissional de muitos profissionais, fundamentais ao exercício do serviço público nas diversas instituições, o facto é que no caso da autarquia das Lajes do Pico, e atendendo à informação disponibilizada até ao momento, entendemos que: -----

Não foram demonstradas, de forma factual e devidamente documentada, as necessidades da autarquia no que toca ao recrutamento de novos funcionários (até porque existem recursos humanos subaproveitados dentro do atual quadro de pessoal) nem ser clara a precisão do levantamento / reconhecimento efetuado no âmbito do programa, como foi salientado na reunião de câmara de 02-01-2018; -----

Relativamente à sustentabilidade desta medida, o peso do pagamento das despesas com pessoal relativamente às despesas da autarquia, irá disparar dos 30,5% em 2016 para valores na ordem dos 40% em 2019 (quando a média da Região é de 30,9%). Para além deste impacto no curto prazo, o seu impacto a longo prazo será ainda mais relevante, dado o efeito da progressão simultânea nas carreiras dos admitidos. -----

Seria importante ponderar a definição e aplicação de mecanismos de acompanhamento e de fiscalização que permitam garantir a necessária transparência e equidade a todo o processo, diminuindo os riscos de discricionariedade. -----

Contudo, reconhecemos que a regularização de alguns dos muitos vínculos precários que têm vindo a ser celebrados pela autarquia, designadamente no âmbito dos programas ocupacionais, paralelamente à drástica redução do recurso à contratação no âmbito desses programas, assume-se como uma real e efetiva medida de empregabilidade e permitirá, a prazo, o regresso do regular funcionamento do mercado de trabalho, fundamental para a economia local. -----

Por estes motivos abtemo-nos nos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos da presente reunião.” -----

3. Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários - Proposta da Primeira Alteração do Mapa de Pessoal do Município 2018 - para deliberação; -----

O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta que a seguir se transcreve:-----

“Considerando a deliberação de Câmara datada de 1 de fevereiro, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, quanto ao reconhecimento das necessidades permanentes de recursos humanos. -----

Considerando as necessidades efectivas de meios humanos em várias áreas de actividade do Município das Lajes do Pico. -----

Considerando a necessidade de manter a qualidade do serviço prestado á população, pela Autarquia. -----

Face ao exposto, proponho a aprovação da Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2018, conforme proposta que se anexa.” -----

O Executivo tomou conhecimento e aprovou por maioria com a abstenção dos senhores Vereadores do Podemos Mais, Miguel Machado e Hugo Goulart a proposta nos termos e condições apresentadas.-----

Os senhores Vereadores do Podemos Mais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Muito embora aplaudamos os objetivos e os princípios do PREVPAV, quer pelo reconhecimento formal de que esta é uma realidade da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, quer pela necessidade de regularizar o vínculo e situação profissional de muitos profissionais, fundamentais ao exercício do serviço público nas diversas instituições, o facto é que no caso da autarquia das Lajes do Pico, e atendendo à informação disponibilizada até ao momento, entendemos que:-----

Não foram demonstradas, de forma factual e devidamente documentada, as necessidades da autarquia no que toca ao recrutamento de novos funcionários (até porque existem recursos humanos subaproveitados dentro do atual quadro de pessoal) nem ser clara a precisão do levantamento / reconhecimento efetuado no âmbito do programa, como foi salientado na reunião de câmara de 02-01-2018;-----

Relativamente à sustentabilidade desta medida, o peso do pagamento das despesas com pessoal relativamente às despesas da autarquia, irá disparar dos 30,5% em 2016 para valores na ordem dos 40% em 2019 (quando a média da Região é de 30,9%). Para além deste impacto no curto prazo, o seu impacto a longo prazo será ainda mais relevante, dado o efeito da progressão simultânea nas carreiras dos admitidos.-----

Seria importante ponderar a definição e aplicação de mecanismos de acompanhamento e de fiscalização que permitam garantir a necessária



transparência e equidade a todo o processo, diminuindo os riscos de discricionariedade.-----

*Contudo, reconhecemos que a regularização de alguns dos muitos vínculos precários que têm vindo a ser celebrados pela autarquia, designadamente no âmbito dos programas ocupacionais, paralelamente à drástica redução do recurso à contratação no âmbito desses programas, assume-se como uma real e efetiva medida de empregabilidade e permitirá, a prazo, o regresso do regular funcionamento do mercado de trabalho, fundamental para a economia local. -----
Por estes motivos abtemo-nos nos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos da presente reunião." -----*

4. Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução de Delegações de Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho - 2018/2021 - para deliberação;-----

Foram presentes à reunião as minutas, do contrato interadministrativo de delegação de competências nas juntas de freguesia e de acordo de execução de delegação das competências também nas juntas de freguesia do concelho, nos termos da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as minutas de contrato interadministrativo e do acordo de execução de delegação das competências nas juntas de freguesia do concelho para o quadriénio 2018-2021, bem como proceder à Modificação Orçamental necessária (Revisão Orçamental). -----

Deliberou ainda remeter as mesmas à sessão da Assembleia Municipal para ratificação da deliberação tomada. -----

Os senhores Vereadores do Podemos Mais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Por considerarmos positiva a relevância dos recursos financeiros destinados ao cumprimento das delegações de competências para 2018, votamos a favor do ponto 4 da ordem de trabalhos da presente reunião, sublinhando que o caracter

equitativo deste procedimento deverá ser sempre a norma num processo eficaz de gestão do território e, portanto, não conhecer flutuações em função do contexto político.” -----

Não havendo mais nada a tratar, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do art.º57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo senhor Presidente, e por mim, Albino Manuel André Roque, com as funções de secretário, que a elaborei e escrevi. -----

De seguida foi encerrada a reunião eram doze horas e vinte minutos. -----

